



Conselho Municipal de Saúde  
do Rio de Janeiro

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**Ref.: 21/07/2020**

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, em convocação para a realização da reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (CMS/RJ), no período das catorze horas e trinta minutos às dezoito horas, na sala virtual da plataforma <https://conestogac.zoom.us/j/92688771955pwd=Qmc3NTN6Zi92N1BoZEFMOFZhSkc4QT09>, reuniram-se pelo segmento dos usuários – **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa (Associação Carioca de Distrofia Muscular – ACADIM); conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida (Associação de Doulas do Estado do Rio de Janeiro – ADOULAS RJ); conselheiro Wilson Nilson da Rocha (Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas do Estado do Rio de Janeiro – FAAPERJ); conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes (Associação Cultural Recreativa Águia Negra – ACRAN); conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes (Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – SINDSPREV/RJ); conselheiro suplente Roberto Oliveira de Almeida (Associação dos CAPSI do Município do Rio de Janeiro - ACAMURJ); conselheira Mônica Fernandes Lahmann (União Brasileira de Mulheres - UBM/RJ); conselheira suplente Euza Cristina Borges dos Santos; conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes (Conselho Distrital de Saúde da AP 3.1); conselheiro José Cosme dos Reis representando a Presidente do Conselho Distrital de Saúde da AP 3.3, Sra. Sílvia Lessa; conselheiro Ludugério Antônio da Silva (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.1); conselheira Neide Maria Neres Tinoco (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2) e conselheira suplente Sueli dos Anjos Silva dos Santos (Conselho Distrital de Saúde da AP 5.2).** Pelo segmento dos profissionais de saúde: **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento (Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Rio de Janeiro - SATEMRJ); conselheira Elizabeth Guastini (Sindicato dos Enfermeiros do Município do Rio de Janeiro - SINDENFERJ) e o conselheiro suplente Nelson Robson Mendes de Souza (Sindicato dos Médicos do Município do Rio de Janeiro – SINMED).** Pelo segmento dos gestores/ prestadores de serviços – **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano (Secretaria Municipal de Saúde - SMS); conselheira Márcia Reis da Silva (Secretaria Municipal de Saúde); conselheira Caroline Carvalho Caçador (Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas e Beneficentes do Estado do Rio de Janeiro) e a conselheira Carmen Sandra Portugal Nogueira (Fundação Amélia Dias de Assistência ao Menor e Adolescente Portador de Necessidades Especiais - FAMAD).** A reunião teve início após a convocação às 14 horas e 30 minutos, com quórum previsto no Regimento do Conselho. O **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** deu início à reunião colocando na tela a pauta com a ordem do dia, assim apresentada: os trabalhos coordenados pela Presidente do Conselho Maria de Fátima Gustavo Lopes, auxiliada pela Comissão Executiva do Conselho Municipal de Saúde composta pelos conselheiros Ludugério Antônio da Silva, Maria Angélica de Souza, Neide Maria Neres Tinoco, Júlia Daniela de Castro, Lucimar Oliveira Nascimento, Valeska Antunes e José Antônio Alexandre Romano e com moderação do Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho. Pauta Única do Dia: Discussão e deliberação sobre a abertura das escolas no município do Rio de Janeiro, prevista no Plano de Reestruturação da Cidade do Rio de Janeiro em função dos impactos da pandemia da Covid-19. As informações do Conselho poderão ser acessadas na internet através do endereço eletrônico: <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms>. Contatos: [comsaude@rio.rj.gov.br](mailto:comsaude@rio.rj.gov.br) ou Tels: 2293-0341 e 2976-2269. Solicitamos a todos os presentes a gentileza de desligar ou deixar em modo vibracall os aparelhos celulares e similares. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que, conforme deliberado na reunião anterior convidou para que participassem dessa reunião extraordinária, a Secretaria Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Educação e os responsáveis pelo documento elaborado pela Fiocruz que traz detalhadamente, o posicionamento

dela a respeito da abertura das escolas. Adiantou que o Sindicato dos Professores e o Dr. André Perissé (da Fiocruz) estão presentes na reunião naquele momento; porém, a Secretaria e o Conselho Municipal de Educação não estavam, embora tenham sido enviados ofícios convidando ambos. Diante disso, passou a Coordenação dos trabalhos à Presidente do Conselho **Maria de Fátima Gustavo Lopes** que assinalou que poderiam dar continuidade à reunião com a apresentação do Dr. André e que depois, ao final, se fosse o caso deliberariam sobre o assunto. Então, o **Dr. André Perissé**, após cumprimentar a todos, agradeceu a oportunidade de fazer a explanação de um tema tão importante e urgente como a abertura das escolas num momento tão adverso, dando início a sua apresentação. Com o término da apresentação, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** sugeriu que o Sindicato dos Professores se manifestasse sobre o que foi abordado pelo Dr. André Perissé. Sendo assim, o **Professor Gustavo**, representante do Sindicato dos Professores, considerou que na perspectiva do Sindicato aquele debate era de importância no combate à pandemia porque as escolas é um espaço que concentra muita gente circulando. Acrescentou que só na rede municipal existem 1.500 unidades escolares e que o retorno significará uma volta à normalidade que, naquele momento, não é aconselhável visto o peso impactante que tem a atividade escolar, pois trará atrelado a si, o retorno de outras atividades. Sobre o que Dr. André falou, disse que não haveria muito mais a acrescentar; que irá se reter nas questões práticas que o assunto envolve como: o momento certo do retorno e as condições que as escolas deverão se apresentar para receber os alunos. Nesse compasso, disse que será necessário mudar a estrutura das escolas, adaptando-as ao novo normal para receber os alunos ainda nesse semestre; o que é preocupante porque não havia condições de fazê-lo. Mencionou o caso dos CIEPs que foram projetados para ser um tipo de escola e que ao longo do tempo, teve essa característica abandonada. Por isso, sofreram mudanças em suas estruturas como a colocação de tapumes nos buracos das paredes, introdução dos aparelhos de ar condicionado, o uso da alvenaria no fechamento de salas que antes eram abertas e etc... Mencionou a situação das escolas mais antigas que, também sofreram modificações estruturais para a colocação de aparelhos de ar condicionado sem um projeto padrão do Município ou do Estado e que ficou, inclusive, por conta das direções das escolas de acordo com os recursos que tinham. Sob os aspectos citados, concluiu que a escola não está preparada para o retorno porque existe a dificuldade da circulação de ar em sua grande maioria. Ainda, o **Professor Gustavo** classificou a higiene nas escolas e a diminuição do número de alunos em sala de aula como itens importantes a serem considerados, mas que depende muito de recursos financeiros, pois, esse implica na contratação de mais professores e aquele, no montante de recursos financeiros para suprir a necessidade de itens higiênicos para cerca de 1.500 escolas. Solicita, então, que sejam elaboradas regras mais eficientes com a fiscalização do cumprimento delas e que propusessem uma solução para o problema dos recursos financeiros necessários para atender a situação que, no caso, seria a de ter orçamento para garantir a retomada. Concluiu sua fala dizendo que se preocupa com a pressão que vários setores da sociedade e o empresariado fazem sobre os governos que vem apresentando uma saída atabalhoada. A seguir, a Presidente do Conselho **Maria de Fátima Gustavo Lopes**, abriu espaço para que os conselheiros debatessem sobre o assunto. A primeira a falar foi a **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento**. Disse que vem acompanhando o desenrolar da situação há algum tempo; que, além de ter conhecimento do teor do primeiro documento da Fiocruz, tem um grupo de trabalhadores que engloba também professores, razão pela qual participa das discussões sobre o assunto com o Sindicato dos Professores. Que, diante de tudo o que é dito nessas discussões, via claramente a falta de estrutura das escolas para receber os alunos e com relação ao que Dr. André falou da higiene, disse conhecer bem o problema, pois o vive na Saúde, onde também existe a falta de água, sabão, papel toalha e até os equipamentos de proteção individual que são de baixa qualidade nos hospitais, levando contágio aos profissionais de saúde. Falou do óbito de um médico do Hospital Municipal Salgado Filho. Mencionou a dificuldade que seria de manter uma criança usando máscara da maneira correta dentro da escola se o próprio adulto na sociedade não sabe usá-la e, como será o distanciamento nos refeitórios para prevenir o risco de contágio. Disse ainda, que considera uma irresponsabilidade do governo ter a visão de que o controle da pandemia e o processo de retorno às escolas seriam fáceis, se ele próprio (o governo) nunca proporcionou nenhuma melhoria. Referiu-se a um artigo da Presidente da Fiocruz onde diz que a pandemia não é igual para todos. Que para ela (a conselheira) que tem em casa, água potável, sabão, álcool 70, máscaras de tecido e descartável, a pandemia é uma; mas para as famílias que moram em comunidades e sequer dispõe de água potável, a pandemia é outra. Então, perguntou se essas crianças das comunidades ao irem para as escolas, elas retornarão para suas casas, muitas vezes, com apenas dois cômodos (sala que serve de tudo e banheiro). Como separá-las de seus avós que podem ter comorbidades já que essas crianças podem transmitir o vírus? Argumentou que

essa realidade exposta contraria o ponto de vista do Prefeito quando, em uma fala errada disse que eles tem imunidade. Por fim, observou que até aquele momento, nem a Secretaria Municipal de Educação e nem o Conselho Municipal de Educação estariam presentes à reunião. Esperava, ainda, a presença dos seus representantes porque deveria haver interesse do governo em dialogar com o Conselho Municipal de Saúde que tem como objetivo a preservação da saúde da comunidade e dos trabalhadores. A seguir, o **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano** disse que no dia anterior ao da reunião, teria tido uma conversa com a Secretária de Saúde e trouxe para ali, algumas reflexões a serem feitas. Disse que a discussão sobre a reabertura das escolas não cabe ao Conselho Municipal de Saúde e nem, somente, a Secretaria Municipal de Saúde que apenas, podem apresentar dados técnicos, expor determinantes epidemiológicos e apontar diretrizes do que se poderia fazer com relação à reabertura econômica. Acrescentou que o Conselho Municipal de Saúde não é um órgão técnico, é um órgão que delibera ouvindo a Área Técnica; que o Prefeito teria suspenso a reabertura das escolas porque ainda estavam discutindo sobre o assunto e que, quem decidirá quando as escolas reabrirão será a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação. Disse, também, que insistiu para que a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação participassem da reunião porque existe uma série de parâmetros condicionantes para essa reabertura que não são da alçada da Secretaria Municipal de Saúde. Com relação à reabertura em si, mencionou o grande debate na imprensa sobre a queda acentuada do número de casos da epidemia no Rio de Janeiro e do acerto da reabertura, pois, há um mês e meio atrás, teria propostas de “lock down” na cidade e a Prefeitura insistiu na reabertura acertadamente. Notava-se o sucesso de uma reabertura feita comedido com os índices epidemiológicos sendo monitorados pela Vigilância Sanitária. Esclareceu que a Prefeitura não irá resolver questões sociais que existe há séculos; que a reabertura terá que acontecer em um determinado momento; que estava se colocando muita politização no caso porque concretamente, Prefeituras do Partido dos Trabalhadores e Partido Social Brasileiro no nordeste estão com planos muito parecidos com os da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e que não existem muitas alternativas para se fazer uma reabertura depois de uma pandemia, quando não se conhece muito sobre ela. Por fim, disse que existem muitas dúvidas; que o Conselho Municipal de Saúde pode expor para a Secretaria Municipal de Saúde as suas preocupações, mas não pode decidir a reabertura das escolas pelo Conselho Municipal de Educação e nem pela Secretaria Municipal de Educação porque não são os atores desse processo. Ainda que seja necessário haver debates, mas existe limitação porque os atores desse processo são as direções das escolas e os professores. Dando seguimento, o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza** disse que gostou muito da fala do Dr. André (da Fiocruz). Acrescentou que as pessoas possuem uma mentalidade muito seguimentar e por isso, acreditam que a Secretaria de Educação irá resolver esse problema; porém, entende que não. É necessário que se formem grupos interdisciplinares de várias áreas para em conjunto, tomarem determinadas decisões que contenha diretrizes muito bem definidas para o retorno. Para exemplificar, falou que a abertura das escolas, desde a primária até as universidades levará grande concentração de pessoas aos estabelecimentos de ensino, às ruas, aos transportes, aos congestionamentos de trânsito e tudo isso implica no aumento do tempo em que as pessoas ficarão expostas ao vírus e não se sabe ao certo, se haverá o retorno da epidemia, pois, em vários lugares do Mundo ela retornou. Disse que o fato de ter ocorrido uma queda no número de casos, não significa que ela não ressurgirá. Sabe que há décadas, o Rio de Janeiro vive um caos urbano, que nenhum prefeito enfrentou e que se houver a reabertura e a epidemia retornar, poderá ser o fim porque será vivenciar uma epidemia num caos urbano e dificilmente o Município do Rio de Janeiro e o Estado não terão condições econômicas de enfrentar a situação e fazer a retomada de todo o processo novamente. Não entende também o porquê da permanência dessa discussão em relação às escolas já que vários índices se mostram desfavoráveis ao retorno. Informou que foram formados grupos de trabalho com diversas Secretarias para chegarem a acordos. Ao final, falou do desmonte que ocorreu na Atenção Primária e em outros setores por causa da epidemia, das instalações provisórias que foram feitas e que não terá dinheiro para mantê-las funcionando por longo prazo, caso a epidemia volte com a mesma força que veio anteriormente. Por isso, é fundamental ter ciência do impacto que a Educação fará se colocar milhões de pessoas na rua. Após, a **conselheira Neide Maria Neres Tinoco**, com a palavra, disse que mantém o mesmo pensamento da reunião passada e os que falaram, antes, teriam exposto a realidade do problema. Acredita que deveriam dialogar muito mais ainda sobre a retomada das aulas para as crianças e adolescentes porque quem irá às aulas poderá levar o vírus para casa; que criancinhas não seguram máscaras e que será necessário uma estrutura robusta para que essa retomada seja feita com segurança. Disse ainda, que o conselheiro José Antônio Alexandre Romano teria sido bem claro quando disse que não competia ao Conselho Municipal de Saúde a decisão da

retomada ou não; porém, que competia aos conselheiros se manifestar propondo inclusive, diretamente, se possível, ao Prefeito que não se fizesse a retomada tão imediatamente porque perder um ano letivo é melhor do que perder vidas. Que fazia suas, as palavras da conselheira Lucimar Oliveira Nascimento e entende que o conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza tem razão no que disse. A seguir, o **conselheiro Carlos Alberto Bessa Menezes** mencionou o fato de as Unidades de Atenção Primária de Saúde não estarem funcionando até aquele momento, quando poderiam estar trabalhando por resultados de prevenção e controle da pandemia. Solicitou que o representante da Secretaria de Saúde viesse esclarecer qual a perspectiva que teria sobre elas voltarem a funcionar diante das dificuldades da retomada no atendimento. Prosseguindo, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que na reunião ordinária no dia 14 de julho, ficou acertado que o Conselho Municipal de Saúde convidaria o Sindicato dos Professores, o Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação para uma reunião extraordinária no dia 21 de julho para discutirem a flexibilização e a abertura das escolas. Via que, até aquele momento, dos convidados, somente o Sindicato dos Professores estava presente à reunião representado pelo Professor Gustavo. Mencionou a fala do Professor Gustavo e da conselheira Lucimar Oliveira Nascimento que expuseram as dificuldades existentes para que houvesse a abertura das escolas, que sequer têm a água necessária para fazerem a higiene das mãos preservando, assim, minimamente a vida das crianças e de seus familiares. Entende, portanto, ser inadmissível esse processo de abertura porque não terá condições adequadas para tal. Quanto ao que teria sido falado anteriormente sobre a competência do Conselho Municipal de Saúde, falou da grande responsabilidade que ele (o Conselho Municipal de Saúde) tem e que não ficará nas costas dele (do Conselho Municipal de Saúde) a responsabilidade das vidas que poderão se perder caso as escolas reabrissem. Lamentou o fato de o Conselho Municipal de Educação não estar presente à reunião e somou que a responsabilidade pela reabertura das escolas ficará nas costas de quem a autorizar. Concluiu falando das dificuldades de se controlar as crianças, da falta de espaço físico nas escolas e da necessidade de se discutir mais sobre o assunto porque para o Conselho Municipal de Saúde, a saúde das crianças e dos familiares delas é o mais importante. A próxima foi a **conselheira Maria Clara Migowski Pinto Barbosa** que fez três observações: 1ª - mencionou locais como cinemas e teatros que costumam ter grandes aglomerações cuja frequência se dava por livre e espontânea vontade e, segundo se sabe ainda não tinham previsão de abertura. O mesmo não acontece com as escolas cuja frequência é obrigatória. 2ª - entende que a Covid-19 é um tema transversal. Então, é necessário que haja uma transversalidade com outras Secretarias, em especial com a Secretaria Municipal de Saúde e o Controle Social no trato do tema Covid-19 x Secretaria de Educação. 3ª - referiu-se a uma situação mais específica que diz respeito ao retorno às escolas das crianças com deficiências como, por exemplo, as autistas que tem dificuldades com o uso das máscaras, as que tem problemas sensoriais, as que são surdas que faz leitura labial. E, também, as pessoas com deficiências e portadoras de doenças raras que tem comorbidades e que, por isso, são mais propensas a serem contaminadas pelo vírus e de terem mais complicações em decorrência de doenças pré-existentes. Continuando, disse que nesses casos, não via máscaras inclusivas; julgava que o debate sobre o retorno às aulas é muito mais amplo do que se poderia imaginar; que deveria existir um parâmetro para isso e que, pelo que o Dr. André teria falado, existem muitas coisas que estavam bem aquém daquilo que se imaginava e desejava para um retorno com segurança às aulas. Por fim, lembrou que, não só como conselheira municipal de saúde, mas também como educadora que conhece por experiência a dinâmica de uma escola municipal, com salas de aula com 40 alunos, com refeitórios superlotados, com crianças no primeiro segmento se embolando na hora do recreio, entende que esse tema precisa ser debatido com o Conselho e as demais Secretarias, inclusive com a Secretaria da Pessoa com Deficiência. Após, a **conselheira Morgana Eneile Tavares de Almeida**, com a palavra, disse que queria ser mais uma voz a se posicionar diante daquela situação. Acredita que, embora o Conselho Municipal de Saúde não tenha alçada para decidir a abertura ou não das escolas, cabe a ele expor para a sociedade a sua posição. Sabe que nem todas as posições que o Conselho tem cabe sob o ponto de vista de medidas administrativas; porém, são posições políticas em defesa da vida dos usuários do Sistema e da coletividade da cidade. Sugeriu que o Conselho Municipal de Saúde elabore uma nota curta, objetiva, com no máximo dois parágrafos, facilmente lida que fosse devidamente publicada, assinalando categoricamente a sua posição contrária à retomada das atividades, enquanto não fossem demonstrados a capacidade e os recursos de que dispunham para se cumprir, minimamente o mecanismo de retomada com segurança para todas as pessoas e para a própria existência coletiva, inclusive, repudiando a falta de comprometimento que a Secretaria de Educação demonstrou quando não compareceu àquela reunião para a qual foi convidada para apresentar o seu parecer diante daquela situação. Concluiu,

falando da seriedade que a questão ditava; que considera bom o fato de o conselheiro Osvaldo Sérgio ter exposto a sua posição e que não haveria condições de o Conselho Municipal de Saúde não se posicionar sobre o que tudo isso representa para a sociedade. A seguir, o **conselheiro Ludugério Antônio da Silva** agradeceu ao Dr. André Perissé e ao Professor Gustavo pelas palestras que fizeram e disse que na visão dele é preciso que cada um faça o seu papel e que até aquele momento, não ouviu falar na Primeira Vara da Infância e do Adolescente, na Comissão de Educação da Câmara Municipal do Município etc.(inaudível). Prosseguindo, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** deu início a segunda rodada e o **conselheiro suplente José Antônio Alexandre Romano**, com a palavra, disse achar que as pessoas presentes na reunião não teriam entendido o que havia falado. Esclareceu que entendeu que o Conselho deverá sempre se posicionar sobre quaisquer assuntos que envolva saúde; porém, na questão da reabertura das escolas ou de qualquer outro setor econômico ou não, como escolas, academias de ginástica, praias e etc... , o Conselho Municipal de Saúde por não ser um Órgão Técnico, não poderia se envolver em questões técnicas na discussão. Poderia, sim, ouvir sobre parâmetros técnicos e deliberar sobre um todo nas questões políticas e sociais envolvidas no caso. Entende também, que a reabertura das escolas é um tema polêmico e um grande problema porque ninguém poderá afirmar que a reabertura é 100% segura, ainda que existisse uma vacina, pois será necessário pelo menos dois anos para se afirmar que tenhamos alguma segurança em se falando de corona vírus. Disse que a epidemia tem início, meio e fim e que alguns pesquisadores já anunciavam que lá para o mês de setembro ou outubro, ela deixará o Brasil podendo certamente recrudescer ou retornar e demonstrou isso falando da vacina para o H1N1 que, embora sendo aplicada todos os anos nos idosos, não impede a vinda de um surto deste vírus ou mesmo voltar. É necessário entender que a pandemia trouxe um trauma social muito grande para o Mundo inteiro e que não haverá condições de a Secretaria de Saúde resolver todas as questões sociais, as questões de ensino e os problemas das escolas por causa da pandemia. A Secretaria somente poderá dizer que, no seu entender, baseada nos parâmetros que tem, a abertura poderá ser viável ou não e ainda assim a decisão não caberá somente a Secretaria de Saúde. Quanto às aglomerações, acrescentou que sempre existirá em qualquer lugar onde não se consiga controlar, quer seja em igrejas, quer seja em shoppings e etc... e, que a reabertura econômica inclui pequenas aglomerações. Afirmou que uma reabertura com cem por cento de segurança não existe, que nenhuma Secretaria ou Ministério poderá garantir ainda que tivessem a vacina porque será necessário vacinar milhões de pessoas para ter a certeza de que ela não terá grandes efeitos colaterais, não matará ninguém e imunizará com eficiência as pessoas. Referiu-se a reabertura econômica do Rio de Janeiro como muito complexa, contudo tem sido um sucesso, embora muitos digam que será uma catástrofe, porquanto, há um mês e meio houve um parecer da Fiocruz determinando um “lock down”. Para finalizar, disse que no Mundo todo, todos teriam mais perguntas do que certezas; que tudo é novo, pois é a primeira vez que essa geração vive uma pandemia; que a última registrada foi há cem anos. Portanto, ninguém sabe o que advirá dela. A seguir, a **conselheira Lucimar Oliveira Nascimento**, disse que será breve em sua fala e quando trouxe o assunto para a pauta em momento algum achou que o Conselho Municipal de Saúde ou a Secretaria Municipal de Saúde estariam decidindo a reabertura ou não das escolas. Que, como parte da sociedade, cidadã e profissional de saúde tem uma visão clara do que acontece nas Unidades Hospitalares e da situação horrível em que se encontra a Saúde. Acrescentou que, desde o início do governo Crivella foram reduzidas as equipes de saúde na Atenção Básica; que não teriam condições nos hospitais e que o Brasil está no topo de mortes e de contaminados, pois esses números só aumentam cada vez mais. Que, quando pensou em trazer essa discussão sobre as escolas, foi porque as crianças também fazem parte da sociedade, de um núcleo familiar e isso envolve também os atendimentos que terão de fazer. Frisou mais uma vez que em momento algum pensou que iriam decidir a reabertura das escolas, embora soubesse que possuem o direito de se posicionar e que o Conselho Municipal de Saúde tem a responsabilidade de se posicionar para expor de que maneira vê os riscos. Disse também que a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação não estão interessados em diálogo e a prova disso é que nenhum dos dois está presente à reunião para debater sobre o assunto. A **conselheira Lucimar** referiu-se, também a uma fala ruim onde diz que existe uma questão política e que a conselheira entende que não é uma questão política, pois como profissional de saúde, mãe, que vive em sociedade, traz uma preocupação para ser dividida com o Conselho, que é a situação da Saúde. Disse ainda que não vive no Nordeste e nem na França; que pegam com certeza, as situações ruins; que já se falava em reinfecção e em casos de pessoas que criaram imunidade temporária; que se conhece pouco sobre o vírus e aquela situação é nova. Concluiu a fala dizendo que é uma pandemia que deixa muitas mortes no Mundo e que torna a dizer que o Brasil está sendo campeão. Então, não teria como não discutir a questão no

Município do Rio. Faz parte do Conselho Municipal do Rio e por isso sua discussão, logicamente, tem de ser junto ao Conselho Municipal. A seguir, o **conselheiro Osvaldo Sérgio Mendes** disse que em complementação a tudo o que tinha sido dito anteriormente, acrescenta que os conselheiros municipais de saúde são, também, o Controle Social e que evidentemente as questões que dizem respeito ao Controle Social e ao povo do país, devem ser discutidas para poderem fazer as deliberações e que para isso, se faz necessário ter todas as visões para subsidiarem o voto. Falou que as escolas do Rio de Janeiro têm sérios problemas que obviamente não serão resolvidos agora; mas que não seria esse o motivo para darem um aval para quem quer que fosse e que resultará em muitas mortes de pessoas pelas quais representa dentro do Conselho Municipal de Saúde. Decorria daí a fundamental importância que tem essa representação. Lamentou o fato de a Secretaria Municipal de Educação e o Conselho Municipal de Educação não terem feito se representar na reunião, o que demonstra o desinteresse na discussão. Portanto, fica óbvio que o interesse deles é apenas reabrir as escolas e que falta neles a sensibilidade que o Conselho de Saúde tem em fazer um debate consciente com tranquilidade para depois deliberarem. Em sequência o **Sr. Henrique** informou que costumava frequentar o Conselho Distrital de Saúde da AP 2.1 e que fará algumas observações a respeito do assunto em pauta. Disse que está claro que existem determinados assuntos que envolvem diretamente o Conselho Municipal de Educação; porém, todos sabem que saúde é um assunto transversal e que chegaram até ali, naquele momento de isolamento dada a prioridade do assunto que a saúde requer, visto que, ele se sobrepunha aos demais, inclusive à economia que é o assunto mais gritante da nossa sociedade. Então, é evidente que a decisão do Conselho de Educação quanto à abertura ou não das escolas deveria ser fundamentada por critérios técnicos deles, mas a questão saúde, nesse momento de pandemia se sobrepunha aos demais. Contou que tem uma filha que foi estudante na rede pública de ensino até o ano passado. Perguntou se a Prefeitura em termos de infraestrutura, seria capaz de garantir aos alunos nas escolas todo o cuidado que é exigido por ela (a Prefeitura) nos comércios, quando as pessoas sair em busca de suprimentos para suas casas; nas agências bancárias e etc..., como a aferição de temperatura, distanciamento entre as pessoas, a disponibilização de álcool em gel e etc... Para o conselheiro, essa é uma questão que ficou latente. Em seguida, o **conselheiro Nelson Robson Mendes de Souza**, novamente com a palavra disse que estavam ali para angariar subsídios para poderem se posicionar; que pessoalmente, desgostava da atual administração da Prefeitura, mas nada do que teria falado é porque está contra a Prefeitura, que fala de termos técnicos mesmo. Entende que a Prefeitura não fez a terminologia técnica adequada para fazer a reabertura das escolas; que várias medidas tomadas foram imprudentes como a abertura de centros religiosos e que, por se conhecer muito pouco sobre essa doença, deveriam ser mais cuidadosos. Acrescentou que o Rio de Janeiro é o segundo estado da Federação com maior número de mortos mais elevado do que o da China e de vários países do Mundo com população maior. Alertou para o fato de nada estar estipulado; que as escolas não poderão voltar com tudo ao mesmo tempo (universidades, shoppings). Tudo deve ser refeito com diretrizes muito claras porque caso viesse a acontecer um novo pico da doença como a do início do ano ou mesmo o recrudescimento da pandemia terá que se fazer agora as perguntas: Existirá condições orçamentárias e financeiras para fazer o enfrentamento dela? Existirá verba para se assumir esse passivo? Quem assumirá o erro de uma reabertura mal sucedida? Acredita que a Prefeitura não irá conseguir assumir o erro porque dificilmente terá orçamento para isso. O Estado está falido e o governo federal não quer saber de nada, somente de vender a hidroxocloroquina. Lembrou que várias cidades brasileiras nos estados do Paraná e Santa Catarina tiveram problemas sérios com o retorno. Portanto, é necessário estarem atentos para poder fazer um enfrentamento consciente com bases científicas e assim terem embasamentos a fim de deliberar algo; mas adianta que, diante de tudo o que foi exposto, considera que naquele momento não deveria ser feita a reabertura. A seguir, o **conselheiro José Antônio Alexandre Romano** disse que gostaria de fazer um reparo. Acha importante esclarecer que a Prefeitura, diante dos dados que foram apresentados pelo Comitê Científico decidiu na última semana não reabrir as escolas naquela fase da retomada; portanto a reabertura das escolas foi adiada. Então, concretamente, não está na pauta a reabertura de imediato, pois o prefeito teria voltado atrás. Dando continuidade, o **Dr. André Perissé** disse que, no dia anterior lançaram outro documento baseado nos dados da Prefeitura; que, em nenhum momento, foi falado que a Prefeitura deveria alcançar ou recuar e que simplesmente, falaram que os dados apontados não indicavam a reabertura para aquele momento. Entende que a discussão deve continuar em relação à transversalidade, partindo, obviamente do Conselho de Especialistas da Saúde que o Município tem, como uma conversa anterior e inclusive, conforme dito pelo representante do Sindicato dos Professores com previsão orçamentária para depois perpassar por todas as outras áreas. Referiu-se como sensata a atitude do Prefeito por ter recuado e reforçou a

importância do monitoramento, pois o fato de o número de casos ter caído no Estado do Rio de Janeiro e em Manaus, para eles, é difícil de explicar. Fez referência também a um documento oficial da Subsecretaria indicando que houve um alerta e quando existe alerta, existe a necessidade de se monitorar. Reconhece que haverá prejuízo em relação à manutenção das crianças fora da escola e, por isso, é necessário fazer debates sobre as alternativas possíveis para minimizar esse prejuízo fazendo em momento oportuno um retorno seguro para as crianças com um planejamento muito bom, embora, tenham aprendido nessa pandemia que em nada teria cem por cento de segurança. Lembrou que há cinco anos enfrentaram a Zika, uma doença com qualificação internacional que ficou no Brasil por um tempo e depois sumiu e hoje não passa de um traço dentro da Epidemiologia. Frisou mais uma vez que aquele momento não seria oportuno para a reabertura e que a fase quatro não deveria estar em andamento. É o que mostra o dado constante no site da Prefeitura. Em seguida, o **Professor Gustavo**, com a palavra, agradeceu a oportunidade de colocar para os conselheiros o seu posicionamento e acrescentou os resultados que teve durante o processo dessa pandemia, seriam marcados por idas e vindas. Entende que as instituições, as figuras públicas, os cientistas, as instituições de saúde e prefeituras tem suas próprias demandas que são expressas na medida das diferenciadas pressões que vivem. Nesse passo, o Sindicato sofre uma pressão específica dos profissionais de educação que falam do receio de serem demitidos por causa dos impedimentos que tem em voltar ao trabalho como: a idade (mais de 60 anos), hipertensão, enfim, pertencer a um grupo de risco. Acrescentou que a decisão que o Conselho toma, trata exatamente da vida das pessoas; que é uma sorte terem uma Constituição que permite a existência de Conselhos como o da Saúde e o da Educação que consentem que a sociedade civil expresse sua opinião para além das opiniões dos governantes legitimamente eleitos. Ainda que o Sindicato tivesse que entrar na Justiça contra a Prefeitura para que as escolas não fossem abertas na primeira semana da pandemia; que, se era verdade que a Prefeitura acertou sua rota num determinado momento, isso se deu a custa de muita luta dos servidores, do sindicato e também da comunidade científica que alertou os governantes do risco de muita gente morrer. Disse também que a Prefeitura tomou a decisão certa, mas não por livre e espontânea vontade e sim, por causa de movimentos da sociedade no sentido de cooperarem com esse processo e, que é totalmente injusto dizer que a Fiocruz errou ou acertou em determinado momento porque se a Fiocruz ficasse em cima do muro com relação à abertura das escolas, teria tido muito mais mortes e que não se poderia construir uma narrativa sobre um resultado positivo desmerecendo quem foi cauteloso, pois a precaução deve reger as decisões. Por fim, agradeceu ao Conselho de Saúde, em especial à Fiocruz e a todas as entidades científicas e universidades que construam conhecimentos científicos para que tenham melhores condições para tomarem decisões e que a Prefeitura cumpra o seu papel e eles se colocam com liberdade para pressioná-la no sentido de garantir a saúde dos funcionários da educação e dos estudantes. A seguir, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima filho** perguntou a presidente do Conselho **Maria de Fátima Gustavo Lopes** se poderia por em votação a única proposta que tinham (a da conselheira Morgana Eneile) de elaborar um documento com um posicionamento firme e categórico contrário a abertura das escolas no município do Rio de Janeiro enquanto não fosse comprovado um mecanismo seguro para todos os envolvidos. Então, a presidente, com a palavra, mencionou uma reunião que teria acontecido naquele dia com os conselheiros das regiões e o Secretário de Estado sobre o panorama da Covid e outras situações, inclusive a reabertura das escolas. Disse estar muito preocupada com o fechamento do Hospital de Campanha do Maracanã, o fechamento de leitos do RioCentro e a recusa da Secretaria de Educação e do Conselho de Educação não participarem daquela reunião do Conselho de Saúde, embora o Prefeito e Secretaria de estado tivessem recuado. Portanto, é favorável à elaboração do documento mencionado pelo Secretário Executivo. A título de esclarecimento, o **Secretário Executivo David Salvador de Lima Filho** informou que teria um documento que demonstra a preocupação com as crianças especiais. A seguir, colocou em votação a elaboração do documento mencionado e o Pleno deliberou pela maioria simples a aprovação da construção desse documento. Após, a Presidente do Conselho Municipal de Saúde/RJ agradeceu a presença de todos e deu por cumprida toda a pauta encerrando assim a reunião. Não havendo mais nada a ser discutido e deliberado é encerrada a reunião às dezoito horas e eu **Maria da Conceição Ramos de Carvalho** dou por lavrada a ata e assino em conjunto com a Presidente deste Conselho, **conselheira Maria de Fátima Gustavo Lopes**.

  
Maria da Conceição Ramos de Carvalho

  
Maria de Fátima Gustavo Lopes